

PARA ALÉM DOS MOINHOS DE VENTO: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS E AÇÕES AFIRMATIVAS NA PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO A PARTIR DE ARTIGOS NACIONAIS

Eixo 3 – Educação e Políticas Educacionais

Bruna Da Silva Calixto⁷
Carina Elisabeth Maciel⁸

Introdução

Na obra imortal de Miguel de Cervantes, Dom Quixote de La Mancha acreditava que estava travando uma grande batalha contra gigantes quando, na verdade, se tratava apenas de moinhos de vento, acompanhado de seu fiel escudeiro Sancho Pança, Dom Quixote luta por ideais que parecem inalcançáveis, quando pensamos no cenário da pós-graduação brasileira, a implementação de ações afirmativas traz uma semelhança fundamental com essa metáfora: aqui os “gigantes” são o racismo institucional e o discurso meritocrático e diferente dos moinhos de Dom Quixote, essas são estruturas concretas que sustentam o discurso do saber e que excluem grupos marginalizados que enfrentam diariamente esses tais “gigantes” exigindo principalmente uma análise que vai muito além do idealismo para que de fato possa de alguma maneira derrubar essas barreiras reais da academia.

Historicamente, o pioneirismo dessas políticas públicas no Brasil e no âmbito da pós-graduação em educação surgiu em instituições como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), que estabeleceram as cotas tanto na graduação quanto na pós-graduação, assim também surgiu a Lei nº 12.711.

No entanto, apesar desses grandes avanços, no decorrer deste trabalho que é fruto de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (Pibic), vinculada ao projeto fomentado pela Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) por meio do Edital nº 17/2023, podemos perceber como resultado principal uma lacuna enorme entre o que está no papel e o que de fato chega ao conhecimento público em forma de resultados científicos concretos de fato, o problema central deste trabalho é entender o que expressam, de fato, os artigos sobre o tema? e entender a hipótese de que, embora o volume de produções seja alto (como os 544 trabalhos localizados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), ainda existe uma limitada quantidade de artigos que apresentem resultados concretos e indicadores dessas políticas na área da Educação. O “gigante” moinho do mérito científico parece ainda mascarar a manutenção de privilégios, dificultando uma democratização real do ensino superior.

A batalha contra as estruturas gigantes

Este trabalho possui como característica principal uma pesquisa bibliográfica e documental, de natureza quanti-qualitativa de caráter exploratório-descritivo. Os estudos aqui tiveram como base principal o método dialético, e compreendendo que as políticas educacionais e os fatores sociais não podem ser compreendidos de maneira isoladamente das influências políticas, econômicas e culturais,

⁷ Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/UFMS). Trabalho realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001, Edital nº 17/2023

⁸ Profa. Dra. Carina Elisabeth Maciel (Orientadora) – Faculdade de Educação (FAED), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – E-mail: carina.maciel@ufms.br

o levantamento dos dados seguiu um fluxo de mapeamento em bases nacionais pré selecionadas (Periódicos da Capes, Oasis, SciELO e BDTD). Nesse sentido, a estratégia de busca foi estruturada em três grupos de “palavras chaves ou filtros encontrados nas bases aqui selecionadas, e combinados para garantir que a busca de trabalhos fosse correta e o número preciso: o Grupo 1 foi utilizado palavras chaves como “ações afirmativas”, “pós-graduação” “educação” o Grupo 2 utilizou palavras chaves como o termo “stricto-sensu” e o Grupo 3 por fim usou como filtro termos “cotas” para uma diferenciação de resultados.

Esse mapeamento revelou um número expressivo de 1.334 trabalhos encontrados, com um destaque para a base BDTD, que apresentou 544 resultados, mesmo com o recorte temporal desta pesquisa que é de 2017-2020 aplicado também em todos os grupos anteriores. Para chegar a um “corpus” final de análise, foi utilizado um ‘funil’ baseado em critérios de exclusão, priorizando trabalhos que apresentassem indicadores e resultados concretos de eficácia das políticas. Esse recorte usado para delimitar o número de trabalhos permitiu reduzir o montante inicial para os 22 documentos finais (15 artigos e 7 teses/dissertações) que serão citados aqui e que compõem a base desse resumo.

O objetivo central desde do início foi revelar não só a qualidade mas também a densidade dos debates produzidos no cenário brasileiro ainda é muito baixo e que a principal hipótese que norteia esta investigação e que se encontra um eco no estado da arte preliminar nas produções acadêmicas e que , ainda existe um número limitado tanto de trabalhos quanto de resultados concretos e desdobramentos dessas políticas após sua implementação institucional. Conforme apontado por Carvalho (2019), e embora existam 373 produções localizadas na BDTD (a sua maioria são de autores do Sudeste e Sul), há uma carência de dados sistematizados que tragam a defesa do acesso e alcancem a eficácia dessa política. Para conduzir esta análise deste trabalho , foi utilizado três “recortes” principais a respeito do tema: "acesso, permanência e conclusão" e como eixo condutor deste trabalho compreendendo que o ingresso de grupos marginalizados deve estar indissociavelmente vinculado às condições da titulação do mesmo sob o risco de até as ações afirmativas se tornarem apenas uma “permissão” formal para tais acesso e não de fato uma alteração estrutural.

O mapeamento das produções encontradas nas bases revelaram uma contradição “dialética” em que o avanço dessas políticas públicas e das reserva de vagas persiste no cenário acadêmico sendo ele graduação e pós-graduação e uma estrutura que resiste a uma mudança concreta em temas como: étnico-raciais. (Silva e Borba 2018) identificam que as ações afirmativas na pós-graduação constituem uma das principais “lacunas” da pesquisa educacional brasileira, e que ainda se encontra em como um “estágio incipiente” que foca majoritariamente em argumentos teóricos ou em relatos da graduação, e que de certa forma ignora a análise das mudanças curriculares e principalmente e o mais grave da docência universitária. Essa "gritante invisibilidade" é diagnosticada por Maria Aparecida Bergamaschi (2019) que ao consultar 39 programas de pós-graduação em educação na Região Sul, constatou que apenas 9 faziam referência explícita às relações étnico-raciais em suas linhas de pesquisa ou temas de investigação.

De acordo com o estudo de Bergamaschi, os principais obstáculos para a superação dessa invisibilidade e a alteração dos parâmetros ocidentais que incluem: “Lógica Monocultural” e a persistência de uma estrutura de pensamento centrada em cânones ocidentais que ignora outras formas de saber e resiste à alteração de matrizes curriculares. Ela também cita em seu trabalho “Resistência Institucional” que é a dificuldade histórica dos programas em institucionalizar as relações étnico-raciais, mantendo o tema na periferia das discussões científicas. e por fim a “ausência de Monitoramento” que conforme Diallo e Cordeiro (2019), é a escassez de dados sobre os resultados das políticas dificulta o enfrentamento do racismo institucional que impede uma plena titulação. e que pesquisando nas bases selecionadas é nítido essa “Fragilidade dos Marcos Legais” e uma

necessidade real de consolidar marcos que garantam a sustentabilidade das cotas para além das iniciativas isoladas de grupos de pesquisa nas universidades.

A discussão sobre as ações afirmativas têm exigido a expansão para além dos recortes “raciais” e também realizando a interseccionalidades de gênero e deficiência. No âmbito da Identidade de Gênero, trajetórias como da autora Sara York (2020) simbolizam a necessidade de que as políticas de acesso e permanência na pós-graduação contemplem também as especificidades de pessoas trans, rompendo com o silenciamento histórico dessas identidades no espaço acadêmico. No que trata da permanência, o conceito de "redes de afeto" Krahô, Quintiliano e Oliveira (2019). surge não apenas como apoio emocional, mas como uma estratégia política de sobrevivência e resistência coletiva. tanto para mulheres negras, indígenas e quilombolas, o ambiente acadêmico é frequentemente marcado pelo isolamento desses grupos marginalizados e também pelo racismo institucional que visa a evasão desses grupos.

Assim, as redes de afeto consolidam vínculos que permitem enfrentar a marginalização e também concluir os processos formativos, subvertendo uma lógica meritocrática que negligencia as condições de vida desses estudantes. Não somente isso mas também entender que apesar desses avanços existe uma grave fragilidade na implementação da pesquisa sobre a Lei 13.409/2016 (PcD). O estudo realizado no IFRN por Almeida *et al* (2020) que revelou uma lacuna científica profunda onde apenas um trabalho analisou os impactos reais dessa “reserva de vagas para pessoas com deficiência”. Pesquisa essa que indica que a deficiência na pós-graduação permanece em uma zona de invisibilidade política.

Por fim, a análise destes resultados encontraram que a invisibilidade (especialmente no caso das pessoas PcDs) e a resistência (manifestada na necessidade de Redes de Afeto) são como uma face da mesma moeda já que é uma estrutura acadêmica que aceita o ingresso formal, mas de certa forma negligencia o processo qualitativo e o monitoramento dos resultados. A democratização real da pós-graduação exige que a universidade se prepare para mudanças de fato profundas e para a criação de mecanismos eficazes de acompanhamento das trajetórias de titulação.

Considerações Finais

Para concluir e retomar a jornada de Dom Quixote que deu início a esse trabalho, esta pesquisa demonstrou que, no campo das ações afirmativas na pós-graduação, os desafios não são moinhos de vento imaginários, mas gigantes estruturais que exigem mais do que idealismo dos discentes mas sim exigem dados, monitoramento e uma vontade política. Ao iniciar essa pesquisa com um total de 1.334 documentos encontrados e chegarmos a um corpus final de apenas 22 produções focadas em resultados, confirmamos a hipótese central deste trabalho: a existência de uma “lacuna” ainda muito presente nos trabalhos a respeito da temática no recortado pós-graduação. A análise também revelou que essa invisibilidade gritante diagnosticada nos programas de pós-graduação ainda é o maior obstáculo para a “equidade racial”. No campo

da deficiência, a escassez de dados sobre a Lei nº 13.409/2016 no IFRN e na UFBA denuncia que o ingresso formal ainda não se traduziu em políticas de acessibilidade plenamente documentadas. Já o eixo de gênero, protagonizado por Sara York, evidenciou que ocupar os espaços acadêmicos é um ato de sobrevivência política contra a exclusão sistemática de corpos trans e travestis. Por fim entende-se que a democratização real da pós-graduação exige que tanto o “acesso, permanência e a conclusão” do discente seja tratada de forma indissociável. Como Sancho Pança, que mantinha os pés no chão enquanto Dom Quixote olhava para o horizonte, as instituições precisam consolidar marcos legais sustentáveis e fortalecer as "redes de afeto" para que a titulação de grupos marginalizados não dependa apenas da resistência individual, mas de uma alteração estrutural da universidade. E que para além dos moinhos de vento das promessas, esta pesquisa convoque a academia para enfrentamento

os gigantes reais, garantindo direitos e marcos legais e que deixe de ser um ato de heroísmo individual para se tornar um ato política de Estado efetivo, plural e real.

Referências

ALMEIDA, Rosemary Pessoa Borges; NASCIMENTO, Alanderson Maxson Ferreira do; OLIVEIRA, Lessandra Paula Targino; CAVALCANTE, Ilane Ferreira. Educação profissional para pessoas com deficiência nas pesquisas do programa de pós-graduação em educação profissional do IFRN. **Revista Transmutare**, Curitiba, v. 5, e2012782, p. 1-20, 2020. DOI: 10.3895/rtr.v5n0.12782. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr/article/view/12782>. Acesso em: 19 jul. 2026.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Percursos e tendências das pesquisas sobre educação indígena na Região Sul do Brasil. **Revista Perspectiva** Florianópolis, v. 37, n. 2, p. 398-419, abr./jun. 2019. DOI: 10.5007/2175-795X.2019.e52426. Acesso em: 19 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, . Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm. Acesso em: 19 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília, DF: Presidência da República, . Disponível em: [Link oficial não disponível nas fontes]. Acesso em: 19 ago. 2026

CARVALHO, Emanuel Manguiera. A produção do conhecimento sobre ações afirmativas no Brasil: perspectivas. **Filosofia e Educação**, Campinas, SP, v. 11, n. 2, p. 237-250, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8657843>. Acesso em: 19 jul. 2026.

CORDEIRO, Maria José de Jesus Alves; DIALLO, Cíntia Santos; CORDEIRO, Ana Luisa Alves. Por que cotas para negros e negras na pós-graduação? **Revista Ensaios e Pesquisa em Educação e Cultura**, Nova Iguaçu, RJ, v. 6, n. 1, p. 107-123, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrj.br/index.php/repecult/article/view/498/498>. Acesso em: 19 jul. 2026.

KRAHÔ, Leticia Jôkâhkwyj; QUINTILIANO, Marta; OLIVEIRA, Vabessa Fonte. Redes afro-indígenas: uma análise de trajetórias acadêmicas através de um olhar intercultural. **Articulando e Construindo Saberes**, Goiânia, v. 5, e63744, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/racs/article/view/63744>. Acesso em: 19 jul. 2026

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da; BORBA, Carolina dos Anjos de. Políticas afirmativas na pesquisa educacional. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 69, p. 151-191, maio/jun. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/LtqZXrjkxqzcD44zzJJ9kmS/> . Acesso em: 19 jul. 2026.

YORK, Sara Wagner. **TIA, VOCÊ É HOMEM? Trans da/na educação**: des(a)fiando e ocupando os "cistemas" de pós-graduação. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020